



escola de gestores
da educação básica

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS(UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO(FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

GESTÃO ESCOLAR RUMO A DEMOCRATIZAÇÃO

ADELE COSTA RAMOS

BELO HORIZONTE- MG

2015

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS(UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO(FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

GESTÃO ESCOLAR RUMO A DEMOCRATIZAÇÃO

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais(UFMG),sob orientação do(a) Professor(a) Wanderléa Mendes Guedes, do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais(UFMG).

BELO HORIZONTE- MG

2015



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
Curso de Especialização Em Gestão Escolar



ATA DA DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Candidato: Adele Costa Ramos

Matrícula DRCA: 2014694510

Orientador: Wanderléia Mendes Guedes

Às 9:00 horas do dia 03/10/2015 reuniu-se na Faculdade de Educação da UFMG a Comissão Examinadora indicada pela coordenação do Curso de Especialização em Gestão Escolar, para julgar, em exame final, o trabalho intitulado "GESTÃO ESCOLAR RUMO A DEMOCRATIZAÇÃO", como pré-requisito final para obtenção do grau de Especialista. A banca examinadora abriu a sessão e após dar conhecimento aos presentes do teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra ao candidato. Após a apresentação de todos os trabalhos da banca, seguiu-se o julgamento e expedição do resultado final. Foram atribuídas as seguintes indicações:

A banca examinadora indicou a aprovado do candidato;

O resultado final foi comunicado publicamente ao candidato pela banca examinadora. Nada mais havendo a tratar, a Comissão Examinadora encerrou a sessão, da qual foi lavrado a presente ATA que será assinada por todos.

Belo Horizonte, 03 de Outubro de 2015.

Assinatura: _____

MARIA ANGÉLICA ARAÚJO RIBEIRO (Membro da Comissão Examinadora)

Assinatura: _____

WANDERLÉIA MENDES GUEDES

(Orientador)

Resumo

O Presente trabalho tem como objetivo principal o fortalecimento do Conselho Escolar da Escola Municipal Argeu Brandão, contribuindo para a melhoria da qualidade de ensino ofertado, tendo em vista o direito a educação de qualidade dos alunos atendidos pela instituição, assim como a gestão democrática, que de forma flexível proporciona a descentralização do poder em favor da comunidade, focando o(a) aluno(a). Sobretudo, reforçando no Conselho e Escolar sua corresponsabilidade pela educação ofertada e não só isso, favorecendo a participação direta nas tomadas de decisões, na elaboração, implementação e avaliação do Projeto Político Pedagógico como um norteador das ações da escola. Por fim, deseja-se uma Educação de Qualidade, advinda de uma instituição que medie suas ações sob o prisma da Gestão Democrática.

Palavras-chave: Conselho Escolar, Gestão democrática, Flexibilidade, Qualidade de ensino.

Summary

The present work has as main objective the strengthening of the School Council of the Argeu Brandão Municipal School, contributing to the improvement of the quality of education offered, in view of the right to quality education of the students served by the institution, as well as the democratic management, which in a flexible way it provides the decentralization of power in favor of the community, focusing on the student. Above all, reinforcing in the Council and School its co-responsibility for the education offered and not only that, favoring direct participation in decision-making, in the elaboration, implementation and evaluation of the Pedagogical Political Project as a guide for the school's actions. Finally, a Quality Education is desired, coming from an institution that mediates its actions under the prism of Democratic Management.

Keywords: School Council, Democratic management, Flexibility, Teaching quality.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO -----	4
1. A GESTÃO RUMO A DEMOCRATIZAÇÃO ESCOLAR-----	6
1.1 O Conselho da Escola Municipal Argeu Brandão-----	7
CONSIDERAÇÕES FINAIS-----	11
REFERÊNCIAS-----	12
ANEXO Projeto Político Pedagógico-----	14

INTRODUÇÃO

O ambiente escolar é sem dúvida um local propício ao ensino da Democracia, é onde se tem a oportunidade de consolidar atitudes democráticas. Na escola podemos dinamizar mecanismos que poderão proporcionar o incentivo a essa prática. Um desses mecanismos é o Conselho Escolar, que deverá ser visto como parceiro e participante do processo educativo.

“É preciso e até urgente que a escola vá se tornando em espaço escolar acolhedor e multiplicador de certos gestos democráticos como o de ouvir os outros, não por puro favor, mas por dever, o de respeitá-los, o da tolerância o do acatamento às decisões tomadas pela maioria a que não falte, contudo o direito de quem diverge de exprimir sua contrariedade”. (Paulo Freire, Professora sim, tia não, p.91).

Partindo deste princípio é que se propõe um estudo especificamente do Conselho Escolar da Escola Municipal Argeu Brandão, destacando suas funções, bem como sua contribuição para uma gestão democrática, aspectos legais que amparam sua estrutura e funcionamento e principalmente analisar criticamente a atuação do conselho escolar do EM Argeu Brandão, bem como fomentar uma proposta de intervenção.

A educação de qualidade necessita ser construída e buscada com um olhar de responsabilidade por todos, de entender a Educação como direito e dever de todos é o caminho para a qualidade que se espera. Cumprir seu papel social em prol daqueles que estão nela envolvidos, portanto toda a comunidade escolar é responsável por ela. A participação de forma integrada e receptiva acontecerá através da mobilização de toda comunidade escolar e de ações de gestões conscientes de seu papel democrático dentro da educação.

O conselho escolar deve estar envolvido na busca da melhoria da qualidade de ensino oferecido nas escolas, buscando unidade e atendimento a todos. Ter como princípio uma Educação com direito de todos, independente de etnia, credo, cor, sexualidade, posição social, etc. A escola deve ser um ambiente democrático, rompendo com pluralismo e rótulos que fragmentam as ações dentro da escola.

Assim, esta análise baseia-se no Conselho Escolar participativo, que através de suas ações contribua para elaboração e implementação de um Projeto Político Pedagógico capaz de envolver a comunidade escolar, tendo como propósito o reconhecimento de que através de uma gestão compartilhada será possível chegar a uma educação que garanta direito do sujeito. Que esta educação seja oferecida com qualidade e principalmente, atendendo realmente as necessidades da comunidade em que a Escola Municipal Argeu Brandão está inserida.

GESTÃO ESCOLAR RUMO A DEMOCRATIZAÇÃO

Através das reflexões realizadas no decorrer do curso, em pesquisas e na análise do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Argeu Brandão, considerou-se pertinente uma discussão mais esclarecedora deste que é um importante instrumento da gestão democrática.

Para tal é necessário discorrer um pouco sobre a história dos Conselhos e suas influências na criação e fortalecimento dos Conselhos Escolares. Através de leituras, foi possível chegar à conclusão de que os Conselhos se iniciaram automaticamente nas primeiras organizações de comunidade.

Em diversas fases da história, podemos perceber grupos se formando para realizar reivindicações e lutas por direitos e melhorias em qualquer caráter. No Brasil, através da luta de movimentos populares no decorrer dos anos em prol da redemocratização, a Educação veio a tona, tornando-se alvo permanente de discussões e originalizando nos colegiados, que mais tarde viriam a se chamar Conselho Escolares, a fim de colocar em prática anseios e objetivos das comunidades com relação à oferta da educação.

Com o surgimento dos Conselhos Escolares, o que antes ficava “no papel” teve a oportunidade de tomar forma, “fazer valer”, através de discussões democráticas, legítimas, coletivas e participativas dentro da escola. Os conselhos Escolares passaram a ser regidos por legislações, como por exemplo, a Constituição de 1988, por meio da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional Nº 9394/96, o Plano Nacional de Educação e outras.

Esse órgão, portanto, passa a ser um instrumento imprescindível nas escolas que verdadeiramente buscam a democratização das ações escolares.

O Conselho é composto por representantes de diversos segmentos, tanto da Comunidade Escolar, quanto local, a fim de participar da gestão das instituições de ensino no âmbito administrativo, financeiro, pedagógico e político da escola.

É interessante quando esse conselho assume seu papel de corresponsável pela qualidade de ensino, assim o mesmo precisa estar presente no cotidiano da escola. Através dele, será possível assumir a expressão da comunidade em consonância com seus objetivos.

Nessa perspectiva, o Conselho se apresenta como a essência da escola, com direito a voz e voto, participando de todas as decisões, acompanhando o processo educacional.

1.1-Conselho da Escola Municipal Argeu Brandão

Após pesquisas em documentos, entrevistas com pessoas mais antigas da Escola Municipal Argeu Brandão (EMAB), foi possível conseguir algumas informações referentes a implantação do Conselho Escolar da escola.

Inicialmente as decisões da escola partiam da equipe diretiva da instituição e a Secretaria Municipal de Educação(SMEC), com o passar do tempo a Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano, objetivando a descentralização do poder, criou o projeto de lei 200/90 que criava do Conselho Municipal de Educação. Para isso cada instituição deveria ter seu próprio Conselho Escolar.

Nesse tempo não se sabia ao certo qual seria o papel deste conselho dentro do âmbito educacional, porém atendendo à legislação a EMAB elegeu no dia 21 de dezembro de 1990 seu primeiro Conselho Escolar.

O conselho foi eleito através do voto da comunidade tendo 8(oito) membros do segmento escolar. Percebe-se que não tinha membros do corpo discente, mas mesmo sem saber ao certo qual seria o papel deste conselho, a direção da época sempre consultava o conselho para tomar várias decisões na escola, de forma democrática e participativa, isso fica claro ao analisar atas antigas e nas conversas informais realizadas.

A maior dificuldade era fazer com que este conselho compreendesse seu papel e se unisse verdadeiramente a escola. Com o tempo, formações foram oferecidas e a cada dia , percebe-se a importância de um conselho deliberativo dentro da escola.

Ao analisar o Projeto Político Pedagógico (PPP) atual da Escola Municipal Argeu Brandão(EMAB), percebe-se um conselho que necessita ter mais voz e ser envolvido de forma mais abrangente dentro da escola, pois o conselho se restringe apenas à tomada de decisões e aprovação de Prestação de Contas, tendo pouco conhecimento de seu papel e poder dentro da instituição de ensino.

Essa inquietação em relação a situação apresentada confirmou a necessidade de fortalecimento desse conselho surgisse. É mais que urgente, a necessidade da escola ser um palco democrático de tomadas de decisões através do diálogo e das opiniões distintas sobre os diversos olhares da comunidade, representados pelos conselhos escolares.

Hoje fazem parte do conselho todos os segmentos da escola, tem um corpo de 14 membros titulares. A composição deste conselho é correta, realizada de forma paritária e por diversos segmentos representativos.

São realizadas reuniões ordinárias mensalmente, a direção escolar conta com o conselho em todas as decisões referentes a escola, mas poucas sugestões surgem realmente deste conselho, as deliberações em sua maioria surgem da própria escola.

Deseja-se através dos cursos ofertados pelo Fundação Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e discussões nas reuniões do próprio conselho ir além, conscientizar o mesmo sobre sua tão importante responsabilidade na oferta de uma educação de qualidade e ter maior envolvimento desta conselho na escola.

Neste sentido Antunes (2002, p.35), também compreende que é necessário que tenhamos clareza de que democracia é algo que se aprende e se aprende principalmente praticando-a, vivenciando-a.

Portanto, espera-se que este conselho tenha voz e participação responsável no processo educacional. Que ele seja ativo em suas funções, Deliberativa: Participante das decisões, Consultiva: Que emita suas opiniões e pareceres, Fiscal: Que realmente fiscalize, cobre, aprove ou não as prestações de contas; Mobilizadora: Capaz de articular, estimular e apoiar através da comunidade envolvida no processo; Pedagógica: Que reflita, planeje e busque a qualidade de ensino a cada dia.

É fato que através do Conselho, a legitimidade das decisões é incontestável, pois a comunidade fica a par das decisões, das prestações de contas e projetos da instituição e o próprio conselho age como multiplicador e divulgador da aparência da escola, atestando pela credibilidade e confiança desta mesma e isso contribui diretamente para uma democratização dentro da escola.

Para isso o Conselho precisa conhecer a fundo a escola, estar inteirado de instrumentos importantes como o Regimento Interno e principalmente o Projeto Político Pedagógico(PPP). Deve estar envolvido no processo de elaboração, implementação e avaliação do PPP, trazendo a diversidade de olhares e opiniões para dentro da escola.

Assim, ele estará promovendo um processo permanente de avaliação da escola, que contribui para mudanças de realidade não só da escola, mas na comunidade através da tão grande abrangência da educação.

(...) O Conselho Escolar deve estar inserido na escola como instância que promove a articulação entre os segmentos da comunidade escolar e as dimensões da escola, sabendo ouvir e falar, buscando mecanismos de compreensão e tomadas de decisões em busca da excelência do saber elaborado, mobilizando a escola e alunos como protagonistas deste saber.” (CURY, 2000, p. 47.)

A busca por qualidade de educação é justamente a busca por formar cidadãos autônomos, críticos, capazes de mudar a si próprios e a sociedade em que estão envolvidos. Só se tem educação de qualidade, quando se pode percebê-la nos cidadãos alcançados por ela conforme Paulo Freire 2004, vol. 2.

Tudo o que a gente puder fazer no sentido de convocar os que vivem em torno da escola, e dentro da escola, no sentido de participarem, de tomarem um pouco o destino da escola na mão, também. Tudo o que a gente puder fazer nesse sentido é pouco ainda, considerando o trabalho imenso que se põe diante de nós que é o de assumir esse país democraticamente. (FREIRE apud, MEC/SEB Cadernos do Programa Fortalecimento dos Conselhos Escolares. Brasília, 2004, vol. 2).

O ideal que se busque uma escola democrática, que prime pela aprendizagem de qualidade como direito e que a cada dia se busque mais avanço de forma participativa e autonomamente. Defende-se a autonomia constituída, onde a instituição tenha a liberdade de construir através de participação da comunidade o Projeto Político Pedagógico que abranja programas significativos para a melhoria da qualidade da educação ofertada.

Diante disso, não se pode deixar de evidenciar a importância a gestão democrática dentro de cada instituição através de um Projeto Político Pedagógico abrangente e dos segmentos da escola como conselho escolar, caixa escolar e outros, que tem o papel de direcionar, supervisionar e gerir de forma deliberativa junto ao diretor, a um ambiente propício a aprendizagem.

Os desafios são cada vez maiores para o gestor, que precisa se adequar as exigências diárias da comunidade em que está inserido, além de administrar as demandas pedagógicas, administrativas, financeiras da própria escola. E ainda necessita ser sensível ao meio em que esta instituição está inserida e conhecer a comunidade, valorizar a mesma e interagir através da escola no meio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer das reflexões realizadas, foi possível compreender a importância e urgência da ação do Conselho Escolar como ator principal dentro de uma escola democratizada. A articulação objetiva e intencional da Instituição de Ensino, necessita ser permeada por uma participação coletiva.

Conclui-se portanto que esta pesquisa está apenas no início, e que tende a ser mais complexa e envolvente, pois acontecerá a partir do olhar participativo da comunidade escolar e comunidade local, representados por um conselho, capaz de entender seu papel educador e corresponsável pelo ensino dentro da escola.

Desta forma, o Projeto Político Pedagógico, reelaborado recentemente, deverá sofrer outras inúmeras mudanças, ao passo que novos olhares irão surgir, e novos rumos deverão ser traçados, a fim de contribuir na transformação da instituição em uma instituição pública, que realmente representa e condiz com o meio em que está inserida.

Espera-se que o Conselho seja ativo, a ponto de trazer reivindicações, cobranças, soluções de problemas, que participe sim das decisões trazidas pela gestão da escola para votação, mas que seja crítico, que se envolva nos assuntos e sugestões, buscando a melhoria da instituição em prol do aluno, que é o alvo maior da escola.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, A **Aceita um Conselho?** Como organizar o colegiado escolar, 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

CORONEL FABRICIANO, Projeto Político Pedagógico 2012-2014. Coronel Fabriciano, Escola Municipal Argeu Brandão. – MG

CURY, C. R. J. Os **Conselhos de educação e a gestão dos sistemas**. In: FERREIRA, N. S. C.; AGUIAR, M. A. S. (org.) *Gestão da educação*. São Paulo: Cortez, 2000. p.43-60.

Disponível em : <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/cad%206.pdf>-
acesso em 20/08/2015

Disponível em: <file:///C:/Users/Eder/Downloads/19144-69220-1-PB.pdf>, Acesso em 16/08/2015

Disponível em: file:///C:/Users/Elias/Downloads/Caderno_1_-_Conselhos_Escolares_democratizacao_da_escola_e_construcao_da_cidadania.pdf
acesso em 20/08/2015

DOURADO, Luiz Fernandes. Conselho Escolar e o financiamento da educação no Brasil. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, 2006.

FREIRE, P. **Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar**. São Paulo: Olho d'água, 1997.

GRACINDO, Regina V. et all. **Conselho Escolar e a Aprendizagem na Escola**. MEC/SEB, 2004. Vol. 2



escola de gestores
da educação básica

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL
ARGEU BRANDÃO**

**ADELE COSTA RAMOS
DANIELA SILVA AQUINO MURADAS
RICARDO FERREIRA MURADAS**

BELO HORIZONTE, 2014

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL
ARGEU BRANDÃO**

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação do (a) Professor (a) Wanderléa Mendes Guedes do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

BELO HORIZONTE, 2014

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	03
1. FINALIDADES DA ESCOLA.....	06
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	07
2.1 Estrutura Organizacional Administrativa	07
2.2 Estrutura Organizacional Pedagógica.....	07
3. CURRÍCULO.....	10
4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES	13
5. PROCESSOS DE DECISÃO	16
5.1 Conselho Escolar.....	16
5.2 Caixa Escolar.....	16
5.3 Conselho de Classe.....	17
5.3.1 Organização dos Conselhos de Classe.....	18
6. RELAÇÕES DE TRABALHO	19
6.1 Administração da Escola.....	19
6.2 Organograma da Escola.....	19
6.3 Direção da Escola.....	20
7. AVALIAÇÃO	22
7.1 Recuperação.....	23
7.2 Avaliação Institucional.....	24
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	26
REFERÊNCIAS	27

INTRODUÇÃO

A Escola Municipal Argeu Brandão, inscrita CNPJ nº 01.804.635/0001-04, Código do INEP nº31192139, situada à Avenida Padre Américo Magalhães, 2054, Manoel Maia, CEP35171-054, é mantida pela Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano, CNPJ Nº 19.875.046/0001-82, localizada na praça Louis Enschede, nº 64 - Centro, Coronel Fabriciano/MG.

A Escola Municipal Argeu Brandão foi criada pelo Decreto nº 06 de 04/06/1949 e autorizada pela Portaria SED/SEE nº 319 de 11/09/1979 e Extensão de série em 03/02/1994 com a Portaria 079/94.

Pensando na importância do papel da educação no desenvolvimento integral do ser humano e na função social da Educação, tornou-se importante e indispensável a construção do Projeto Político Pedagógico.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Municipal Argeu Brandão tem o propósito de ser um instrumento facilitador das ações administrativas e pedagógicas que visa à gestão dos resultados de aprendizagem, através da construção de habilidades básicas do educando, necessárias ao exercício da cidadania.

De acordo com Betini, “o Projeto Político Pedagógico mostra a visão macro do que a instituição escola pretende ou idealiza fazer, seus objetivos, metas e estratégias permanentes, tanto no que se refere às suas atividades pedagógicas, como às funções administrativas.

A importância do projeto político pedagógico está no fato de que ele passa a ser uma direção, um rumo para as ações da escola. É uma ação intencional que deve ser definida coletivamente, com consequente compromisso coletivo.

A articulação entre o projeto político pedagógico, o acompanhamento das ações, a avaliação e utilização dos resultados, com a participação e envolvimento das pessoas, o coletivo da escola, pode levá-la a ser eficiente e eficaz. Daí a notória ênfase dada pelos mecanismos legais à escola democrática. Conforme Veiga o PPP “É também um instrumento que identifica a escola como uma instituição social,

voltada para a educação, portanto, com objetivos específicos para esse fim.” (p.13, 2002).

Com esse projeto político pedagógico, a Escola Municipal Argeu Brandão tem como objetivo possibilitar aos alunos, através da análise crítica dos fatos, a capacidade de adquirir e aguçar a consciência de seus deveres e direitos como cidadãos capazes de agir e provocar mudanças participando da construção de uma sociedade mais justa.

Mais do que cumprir a lei, a construção coletiva de um Projeto Político Pedagógico aprofunda a autonomia da escola, a constitui como espaço público e lugar de debate, fundado na reflexão. Não é tarefa fácil, não se faz pela vontade de poucos, nem adquire vida sem que todos se responsabilizem por mantê-lo vivo e ativo. Precisa de cuidado permanente, de visibilidade plena e compromisso de todos, os quais se tornam co-responsáveis por sua implantação e acompanhamento superando o imobilismo e favorecendo a mudança. (Filipouski; Marchi; Schaffer;p.33;2005)

Assim, o Projeto Político Pedagógico é um instrumento de trabalho que apontará o que será feito, quando, de que maneira, por quem, para chegar a que resultados, pois entende-se que a escola tem uma contribuição no processo de construção do caráter, da consciência e da cidadania das novas gerações que passa pelo conhecimento, no sentido da articulação entre compreender, usufruir dele, mas sobretudo para transformá-lo. Daí a desejar um conhecimento baseado nos seguintes critérios:

- Significativo: que corresponda às reais necessidades dos educandos e que esteja relacionado com as suas representações mentais prévias; busca do que é relevante.
- Criativo: que ajude a explicar o que se vive.
- Duradouro: que incorpore no sujeito uma visão de mundo que valorize assim sua formação global, oportunizando-lhe apropriações dos conceitos já elaborados, para assim compreender, usufruir e transformar sua realidade.

A reestruturação deste Projeto Político Pedagógico vai de encontro com a proposta da SMEC (Secretaria Municipal de Educação e Cultura), cuja filosofia possibilita a implantação de um trabalho possível de colocar nossos sonhos e desejos na construção de uma escola capaz de valorizar o educando na sua totalidade, promovendo educação integral em tempo integral.

Apesar dos avanços já alcançados, ainda há muito que fazer, pois nos espaços coletivos acontece a interação entre saberes onde aprendemos a viver uma democracia criativa e aberta que prime pela valorização da experiência social e cultural como elemento indispensável ao desenvolvimento de habilidades e competências necessárias à solução dos problemas da vida social do educando, formando alunos sujeitos pensantes, portadores e criadores de saberes.

1.1 1. Finalidades da Escola

A Escola Municipal Argeu Brandão tem como missão, a formação integral do educando, enquanto sujeito crítico, participativo e comprometido com a construção de uma sociedade solidária e ética.

Nessa perspectiva, a Escola busca garantir a seus educandos o acesso aos conhecimentos necessários ao desenvolvimento das múltiplas dimensões do ser humano, através de uma aprendizagem significativa e cidadã.

A Escola Municipal Argeu Brandão vivencia, em seu contexto social, o reflexo das turbulências ocorridas nas últimas décadas, nos vários segmentos da sociedade, provocado pelo crescimento da violência em detrimento da falência dos valores morais e éticas.

Para trabalhar nesta atual conjuntura, fez-se necessário a coesão do grupo objetivando traçar metas determinadas de ajustamento ao momento atual, buscando desenvolver, assim, uma educação significativa, capaz de propiciar um conhecimento vinculado às necessidades, interesses e problemas oriundos da realidade dos educandos, ao resgate dos valores, à formação moral e ética.

Observa-se a urgência em buscar uma nova postura pedagógica, onde se exija reflexão, contrapondo-se ao conhecimento formal, abstrato, distante da realidade. É grande o desafio no sentido de superar velhos dogmas para começar a trabalhar as normas e valores, buscando formar uma nova comunidade, uma nova ordem social pela estrutura do conhecimento e construção de novos valores que instrumentalize os educandos para a compreensão e intervenção da realidade.

Assim, torna-se necessário proporcionar instrumentos básicos para a interdisciplinaridade que conseqüentemente contemplará as múltiplas inteligências, possibilitando escola/comunidade desenvolver valores morais e éticos para a busca de uma sociedade mais justa, democrática e igualitária começando pela formação global do homem, de sua consciência e caráter para assim surgir um cidadão crítico, atuante, agente e transformador de sua própria história.

Neste contexto, exige-se o desempenho de ações transformadoras que resgatem os valores morais, intelectuais e culturais, a auto-estima e solidariedade de todos os envolvidos em seu processo educacional, para amenizar os grandes problemas sociais que afligem nossa comunidade.

A finalidade básica de uma educação de qualidade é educar integralmente o indivíduo traduzindo a compreensão do direito de aprender como inerente ao direito à vida, à saúde, à liberdade, ao respeito, à dignidade, à convivência familiar e comunitária e como condição para o desenvolvimento de uma sociedade republicana e democrática.

Desta forma, incluímos em nosso currículo, conteúdos que promovam o desenvolvimento das múltiplas dimensões do educando e uma interação entre o saber acadêmico composto pelos conteúdos que fazem parte da grade tradicional e outros saberes inerentes à formação e transformação do indivíduo através do acompanhamento pedagógico, da iniciação musical, de práticas culturais, esportivas e expressão corporal através das danças.

A educação de jovens e adultos pressupõe um modelo de ensino por resolução de problemas; o uso de diferentes estratégias metodológicas para a aprendizagem de diferentes conteúdos; a aprendizagem significativa que deve partir dos conhecimentos prévios dos alunos; a interação entre os pares e com parceiros mais experientes.

Os alunos constroem conhecimentos na interação com o contexto social, mesmo sem ter passado pelo processo de escolarização. Valorizar os conhecimentos construídos fora da escola pelos jovens e adultos e a consideração destes como pontos de partida para novos conhecimentos é imprescindível para uma aprendizagem significativa, possibilitando ao professor o planejamento de situações de aprendizagem para ampliá-los e/ou transformá-los. Nessas experiências deve-se valorizar o repertório lingüístico dos alunos, pois a leitura do mundo precede a leitura da palavra.

1.2 2. Estrutura Organizacional

1.3 2.1 Estrutura administrativa

Para realização de suas atividades pedagógicas, administrativas e didáticas, a escola conta com os seguintes recursos físicos e didáticos: um Data Show, um projetor multimídia, três televisores, três suportes para TV e DVD, três aparelhos de DVD, três máquinas fotográficas digitais, um aparelhos de CD e rádio, vinte e oito computadores no laboratório de Informática, dois computadores na sala dos professores, um computador na biblioteca, um notebook, dois computadores na secretaria, duas impressoras jato de tinta, quatro impressoras a laser, uma máquina de Xerox, um duplicador, duas guilhotinas de papel, um mural de madeira, cinco microscópios, três bebedouros elétricos, um aparelho de telefone, dois freezers horizontais, três freezers verticais, duas geladeiras, dois fogões industriais, um liquidificador industrial, um forno industrial, quatro botijões de gás de 45 litros (P45), dois botijões de gás de 13 litros, um tripé para tela de projeção, uma filmadora, duas telas de projeção, dez violões, cinco violinos, dez estantes de partitura, uma perfuradora ofício, três balanças de bancada, três binóculos, uma estação meteorológica, dezoito lupas, trinta e sete flautas doce e uma lavadora de alta pressão.

A biblioteca da escola conta com as seguintes coleções e materiais bibliográficos: quatro enciclopédias, 467 (quatrocentos e sessenta e sete) dicionários, 1787 (um mil setecentos e oitenta e sete) livros de literatura infantil, 3417 (três mil quatrocentos e dezessete) livros de literatura infanto-juvenil, 924 (novecentos e vinte e quatro) livros paradidáticos.

1.4 2.2. Estrutura Pedagógica

A Proposta Política Pedagógica da Escola Municipal Argeu Brandão tem como principais objetivos, Facilitar ações administrativas e pedagógicas que visem à gestão dos resultados de aprendizagem, através da construção de habilidades básicas do educando, necessárias ao exercício da cidadania. Nortear a construção

de um conhecimento criativo que favoreça a educação integral do educando de modo que o possibilite a apropriar-se deste conhecimento e através dele transformar a sociedade;

Orientar a construção de uma educação plena e integral que desenvolva as múltiplas dimensões do ser humano, garantindo uma aprendizagem significativa e cidadã.

Orientar e otimizar as condições de trabalho da equipe; Desenvolver as múltiplas habilidades do educando; Desenvolver projetos que viabilizem a integração e acesso do aluno as informações e novas tecnologias que permita apropriar-se do mundo;

Garantir o acesso, permanência e sucesso do aluno, formando cidadãos autônomos; Otimizar a utilização dos espaços físicos da escola visando maior dinamismo nas aulas e melhoria na aprendizagem; Desenvolver atividades que visem à preservação do prédio, mobiliário e equipamentos; Incentivar a participação dos profissionais inseridos no processo educativo, em de formação continuada; Ampliar o papel educacional da escola, visando uma maior participação da comunidade nas ações promovidas pela escola; Organizar visitas à biblioteca, tanto dos alunos quanto dos funcionários, com o objetivo de conhecer o acervo, incentivar sua utilização, bem como as normas de funcionamento da mesma.

1.5 3. Currículo

Segundo a LDB, lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 o Ensino Fundamental é a segunda etapa da Educação Básica e tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

O Ensino Fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo.

O Ensino Fundamental deverá oferecer uma formação de modo que o educando venha compreender o ambiente natural e social, o sistema político, a tecnologia, as artes e os valores em que se fundamenta a sociedade, bem como a formação de atitudes e valores e o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

A Educação de Jovens e Adultos tem como prioridade dar oportunidade a jovens e adultos para iniciar e/ou dar continuidade aos seus estudos.

A oferta desta modalidade de ensino deve considerar as situações, os perfis dos estudantes, as faixas etárias e se pautará pelos princípios de equidade, diferença e proporcionalidade na apropriação e contextualização das diretrizes curriculares nacionais e na proposição de um modelo pedagógico próprio, inovador e de qualidade, orientado para a formação de cidadãos democráticos, sujeitos de sua ação, valendo-se de educadores que tenham formação permanente como respaldo da qualidade de sua atuação.

Os alunos constroem conhecimentos na interação com o contexto social, mesmo sem ter passado pelo processo de escolarização. Valorizar esses conhecimentos e relacioná-los com novos conteúdos é imprescindível para uma aprendizagem significativa, possibilitando ao professor o planejamento de situações de aprendizagem para ampliá-los e/ou transformá-los.

Tais conteúdos devem ser re-significados, resgatando-se sua importância no processo de ensino e aprendizagem, entendendo-se como saberes culturais: conceitos, explicações, habilidades, linguagens, fatos, valores, crenças, sentimentos, atitudes, interesses, condutas, raciocínios, etc., para o desenvolvimento do educando e sua formação integral. Re-significar os conteúdos pressupõe entender o que o educando deve saber, o que deve saber fazer e como deve ser.

A base nacional comum deve «abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil». Abrange ainda o ensino da arte, cujo objetivo está na promoção do desenvolvimento cultural dos alunos; a educação física, embora seja «facultativa nos cursos noturnos» e deva ajustar-se «às faixas etárias e às condições da população escolar»; o ensino de História do Brasil, devendo-se levar em conta «as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e européia» (art. 26, § 1º ao 4º).

A existência da parte diversificada do currículo é obrigatória a partir do quinto ano do ensino fundamental; ela deve ser definida pelo respectivo sistema de ensino, sendo obrigatório, no entanto, «o ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna, cuja escolha deve ficar a cargo da comunidade escolar» (art. 26, § 5º).

O objetivo da Educação Integral é a interação entre o saber acadêmico e outros saberes inerentes à formação e transformação do indivíduo. Através da ampliação de tempos, espaços e oportunizando a qualificação no processo educacional para o melhor aprendizado dos alunos. Na escola, a articulação com o tempo integral acontece através da realização de projetos interdisciplinares e do desenvolvimento das seguintes oficinas:

Letramento – oficina voltada à leitura do mundo através da leitura, produção textual, interpretação expressão e dos mais diversos discursos e contextos cultura, fazendo um contínuo exercício da prática social da linguagem. Conhecer a relação e a integração entre oralidade, escrita e letramento.

Esporte e lazer (PST) – oficina voltada ao desenvolvimento de habilidades e fundamentos do esporte. Atividades baseadas em práticas corporais e lúdicas promotoras de sociabilidade.

Danças – oficina voltada à organização de danças coletivas que permitirá o aluno conhecerem os diversos estilos, ritmos principalmente aqueles ligados a cultura regional do Brasil. Iniciação musical através do ensino de flauta doce e ensino coletivo de instrumentos de cordas e de percussão – oficinas voltadas à utilização da música como elemento de desenvolvimento cultural, social, intelectual, afetivo e emocional de crianças e adolescentes.

Essa interação acontece de forma interdisciplinar e contextualizada, visando propiciar situações de aprendizagem que possam servir para a vida do aluno e como um meio para desenvolver competências/habilidades, privilegiando a construção de conceitos.

As competências, habilidades e os conhecimentos básicos para os anos iniciais e finais e EJA encontram-se em anexo nesta Proposta.

1.6 4. Tempos e Espaços Escolares

A Escola Municipal Argeu Brandão funciona em um prédio de dois blocos com escada e rampa para acesso ao segundo bloco. Possui quinze salas de aula, sendo duas adaptadas aos alunos do 1º ano, uma sala de professores, uma brinquedoteca, uma sala de diretoria, uma secretaria, uma área de serviço, dois pátios, dois depósitos para material de limpeza, sanitários masculino e feminino para alunos, sendo um masculino e um feminino adaptados para estudantes com deficiência, sanitário masculino e feminino para funcionários e área de estacionamento.

A escola possui ainda: Um laboratório de Informática (PROINFO) onde são atendidos os alunos do 4º ao 9º ano, com Programa Amigo Micro para alunos do 4º e 5º anos e aulas de Informática aplicada para os alunos do 6º ao 9º ano.

Um laboratório de Mesa Educacional Alfabeto, com o objetivo de auxiliar na alfabetização dos alunos dos anos iniciais (1º ao 3º ano), de forma lúdica e utilização da Informática.

Uma quadra coberta e um espaço para recreação onde são realizados jogos de iniciação às práticas esportivas, campeonatos internos, gincanas, danças, apresentações artísticas e culturais, reuniões de pais e comunidade e demais eventos escolares. Além disso, a quadra é utilizada pela comunidade, nos finais de semana para aula de capoeira e futsal.

Um espaço para jogos que é utilizado para realização de jogos pedagógicos, leitura recreativa de gibis, livros de literatura, oficinas de letramento e recreação.

Um refeitório, onde são servidos os lanches no horário do recreio e o almoço para os alunos do tempo integral. Uma cozinha e uma despensa onde são preparados e acondicionados os gêneros alimentícios. Todas as refeições são preparadas a partir de um cardápio elaborado por uma nutricionista e repassado mensalmente à escola. A nutricionista também acompanha periodicamente a higienização, utilização, preparo e acondicionamento dos alimentos e do espaço da cozinha e refeitório.

Uma sala de coordenação pedagógica/sala de vídeo, onde são realizadas reuniões pedagógicas, conselhos de classe, estudos, planejamentos e avaliações coletivas.

Uma brinquedoteca equipada com jogos, brinquedos pedagógicos, TV e cantinho de leitura para atender aos alunos de 1º ao 5º ano.

Uma sala de recursos multifuncionais onde são atendidos alunos com dificuldade de aprendizagem por professora especializada.

Dois almoxarifados para acondicionamento de materiais de limpeza, instrumentos musicais, equipamentos de grande porte, figurinos e outros.

Um laboratório de Ciências utilizado para realização de experiências científicas, projetos de iniciação à química em parceria com outras instituições educativas e oficina de Letramento/Música.

Um auditório utilizado para oficinas de Dança, inclusive nos finais de semana, contação de histórias, reuniões e palestras.

A EJA funciona em prédio anexo, na Escola Estadual Padre José Maria de Man (antigo Polivalente), localizado à Rua Guarapari, 1355, Santo Elói, cedido pela SEE/MG.

A escola oferece o Ensino Fundamental de 9 anos e EJA (Educação de Jovens e Adultos).

A Escola organiza-se em 03 Ciclos de Formação Humana: Ciclo da Infância (alunos de 06 a 08 anos), Ciclo da Pré-adolescência (alunos de 09 a 11 anos) e Ciclo da Adolescência (alunos de 12 a 14 anos).

O Ciclo da Infância conta com 08 profissionais para atendimento a alunos divididos em 01 turma do 1º ano, 01 turma do 2º ano e 01 turmas do 3º ano.

O Ciclo da Pré-adolescência conta com 16 profissionais que atendem a alunos em 02 turmas do 4º ano, 02 turmas do 5º ano e 04 turmas do 6º ano.

O Ciclo da Adolescência conta com 24 profissionais para atendimento a 05 turmas do 7º ano, 03 turmas do 8º ano e 02 turmas do 9º ano.

Na Educação de Jovens e Adultos (EJA) são atendidos 125 alunos por 07 profissionais. Os alunos estão divididos em 02 turmas multisseriadas do 1º segmento (1º ao 4º ano) – uma turma funcionando no anexo e uma turma no prédio da própria escola, e 05 turmas do 2º segmento (5ª a 8ª série), com alunos acima de 15 anos.

Além do currículo regular, 350 alunos, do 1º ao 7º ano, são atendidos no contra turno, na educação integral, com as seguintes oficinas curriculares:

- Acompanhamento Pedagógico: Letramento;
- Atividades Artísticas: Dança;
- Atividades Esportivas e Motoras: Jogos e Esporte (Programa Segundo Tempo)
- Ensino Coletivo de Cordas;

- Iniciação Musical por meio de Flauta Doce e outros instrumentos de sopro

- Jornal escolar.

Os alunos são agrupados em cada ano do ciclo, de acordo com sua faixa etária. A promoção dos alunos ao ano subsequente dar-se-á de acordo com a Instrução Normativa N°001 de 05 de dezembro de 2011 com as alterações da Instrução Normativa N°002 de 08 de fevereiro de 2012.

A escola recebe para o 6º ano, no início de cada ano, alunos do 5º ano vindos da Escola Municipal Otávio Cupertino dos Reis, situada no bairro Jardim Primavera e de outras escolas por transferência. Encaminha para o Ensino médio, os alunos concluintes do 9º ano, para a Escola Estadual Geraldo Perlingeiro de Abreu.

5. Processos de Decisão

5.1. Conselho Escolar

O Conselho Escolar tem por finalidade promover a integração da escola com a comunidade, favorecendo a autonomia pedagógica, administrativa e financeira da Escola e possibilitando a gestão democrática do ensino. O Conselho Escolar tem seu funcionamento na própria Escola com reuniões ordinárias estabelecidas em calendário próprio. Para realização de reuniões extraordinárias o Conselho escolar é acionado através de ofício, sempre que necessário.

As funções do Conselho Escolar são de caráter deliberativo e consultivo nos assuntos referentes à gestão pedagógica, administrativa e financeira da Escola.

As funções deliberativas referem-se à emissão de pareceres para dirimir dúvidas sobre situações decorrentes das ações pedagógicas, administrativas e financeiras, bem como a proposição de alternativas de solução e de procedimentos para a melhoria da qualidade do trabalho.

O conselho Escolar tem sua existência condicionada ao que dispuser a legislação do ensino e estatuto.

5.2 Caixa Escolar

A caixa Escolar é mantida por recursos próprios e liberada pelo MEC/FNDE.

A participação de família e da comunidade na obtenção de recursos, sua aplicação e execução de atividades, para a Caixa Escolar, é estimulada pela Direção e Conselho Escolar.

A Caixa Escolar mantém uma Cantina Escolar, com função educativa.

5.3- Conselho de Classe

O Conselho de Classe, órgão coordenador e avaliador da ação educacional, visam o aperfeiçoamento do processo de ensino aprendizagem e a uma caracterização mais correta do aluno, com os seguintes objetivos:

Informar sobre a posição de cada aluno como pessoa única e diferenciada no contexto de suas respectivas classes;

-Avaliar o aluno integralmente;

-Avaliar permanentemente, o processo educativo, visando atingir os objetivos da educação;

- Estabelecer critérios para o trabalho de avaliação e recuperação;

- Analisar, especificamente, as causas de baixo rendimento do aluno e da classe considerando-se fatores ambientais, familiares e pedagógicos;

- Sensibilizar o professor para a importância da auto-avaliação contínua do seu trabalho, com vistas ao seu aperfeiçoamento profissional;

- Colaborar para a compatibilização dos objetivos referentes aos diversos componentes curriculares, especialmente daqueles que compõem a mesma área;

- Desenvolver o hábito de pesquisar e analisar os problemas e dificuldades dos alunos e professores;

- Discutir medidas a serem tomadas para a solução de problemas;

- Elaborar planos de ação para por em prática as decisões tomadas;

- Divulgar e aproveitar as experiências pedagógicas realizadas com sucesso.

O Conselho de Classe se fundamenta, basicamente, no estudo e análise do desempenho do aluno e dos professores detectados durante o processo de ensino e aprendizagem.

Todos os conselhos de Classe estarão vinculados a uma coordenação geral e terá a seguinte composição:

I- Professores

II - Coordenador Pedagógico

III- Diretor e Vice-diretor

5.3.1 Organização dos Conselhos de Classe

As reuniões do Conselho de Classe previstas no calendário escolar 3(três) reuniões , no mínimo, ao longo do ano letivo que entre outras atividades deverá realizar a avaliação de desempenho do aluno da seguinte forma:

- Para as turmas de um mesmo ano de escolaridade, em cada turno deve ser constituído um conselho de classe;

-Quando um determinado turno da escola possuir, no Ciclo da Infância, apenas uma turma por ano de escolaridade, o Conselho de Classe abrangerá todas as turmas dos quatro anos de escolaridade;

- Nos Ciclos da pré-adolescência e da adolescência, quando a escola possuir mais de 5(cinco) turmas por turno de um mesmo ano de escolaridade, o Conselho de Classe deve se subdividir em Conselhos de turma, da seguinte forma:

- O conselho de turma será constituído por todos os professores da turma e tem por finalidade realizar a avaliação do desempenho do aluno para apreciação do conselho de classe

- A reunião do Conselho de Classe ao final do ano letivo, tem por objetivo, avaliar o desempenho de cada aluno nas atividades escolares desenvolvidas ao longo do ano.

- O Conselho de Classe, de acordo com o desempenho do aluno, deverá decidir e recomendar currículos diversificados.

- Os currículos diversificados serão oferecidos a partir do 2º ano de escolaridade.

Cabe a direção da escola assegurar ao conselho de classe as condições mínimas para o seu funcionamento.

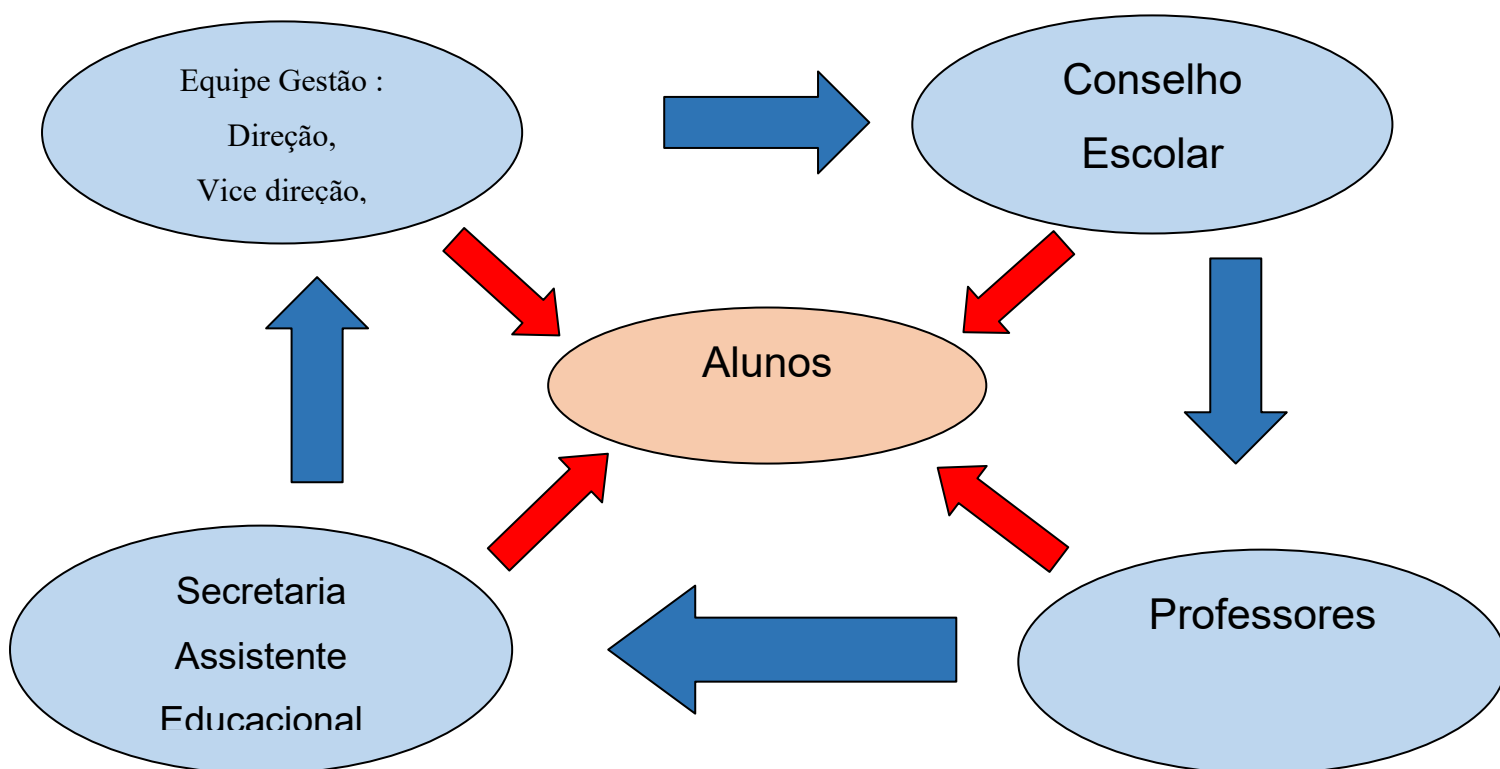
Definir os horários de realização das reuniões de modo a permitir que todos os seus membros efetivos participem em especial os professores, indispensável no processo de avaliação coletiva do aluno e do trabalho pedagógico da escola.

6. Relações e trabalho

6.1 Administração da Escola

A Escola Municipal “Argeu Brandão” organiza-se e presta seus serviços conforme o organograma abaixo.

6.2 Organograma da Escola



Na organização didático-pedagógica faz-se segundo as diretrizes e normas emanadas pela Legislação Federal e Municipal.

Na organização do tempo escolar, o calendário deverá ser elaborado pelos docentes, juntamente com todos os demais segmentos escolares e será apreciado, analisado e aprovado pelo NOE(Núcleo de Orientação Escolar), o mesmo devendo ocorrer com a Grade Curricular.

Na composição das turmas deverão ser observados os critérios da Legislação Federal.

Para distribuição de turmas/aulas no matutino, vespertino e noturno, decidiu-se em ação no coletivo para melhor atendimento dos professores os seguintes critérios:

- Tempo na escola, na função
- Quando em desvio de função fora da escola, ficará em último lugar;
- Tempo de LIP não será computado
- Em caso desempate, será observada a idade, priorizando o mais velho;

Através da gestão democrática, onde haja participação de todos os segmentos da comunidade escolar, procura-se construir relações de trabalho pautadas pelo respeito mútuo, solidariedade, pois nos espaços coletivos é que aprendemos a viver uma democracia criativa, aberta, formando alunos sujeitos pensantes, portadores e criadores de saberes.

6.3 Direção da Escola

A direção da Escola Municipal Argeu Brandão será exercida por um diretor, eleito por voto direto e secreto, conforme resolução formulada pela SMEC, que presidirá todos os atos escolares, zelando para que se cumpra, no âmbito de sua respectiva ação, a ordem educacional vigente no país, em consonância com as normas emanadas pela Secretaria Municipal de Educação e Lazer(SMEC).

O Diretor (a) do estabelecimento será auxiliado por um Vice diretor (a), na execução de suas tarefas, de acordo com as normas que regem sua nomeação. a direção do estabelecimento em sede e funcionamento no próprio prédio da escola, durante todo período escolar.

Carga horária de trabalho do diretor (a) e do(a) vice será de 40(quarenta) horas semanais, divididas entre os turnos matutino, vespertino e noturno.

A função específica do Diretor é ser articulador político, pedagógico e administrativo da escola, dirigir o estabelecimento, planejando, organizando e coordenando a execução dos programas de ensino e os serviços administrativos para possibilitar desempenho regular das atividades docentes e discentes.ao vice-diretor cabe a função de auxiliar na direção do estabelecimento de ensino, no planejamento da execução dos programas de ensino e orientação dos serviços administrativos, bem como auxiliar as supervisoras na execução dos programas de trabalhos

pedagógicos como a elaboração e currículo e calendário escolar, para assegurar bons índices de rendimento escolar, representar o(a) diretor(a) em todas as ocasiões que se fizerem necessárias cumprindo, através de delegação, as obrigações estabelecidas pelo titular do cargo.

O (a) supervisor pedagógico da escola deve acompanhar os alunos do ensino de primeiro grau, ordenando e integrando os elementos que exercem influência em sua formação, aconselhando e auxiliando os alunos na solução de seus problemas pessoais para possibilitar-lhes o desenvolvimento intelectual e a formação integral de sua personalidade.

O coordenador pedagógico deve coordenar o processo de elaboração e execução do Projeto Político Pedagógico da escola, liderar o processo de construção e implementação de inovações pedagógicas, propiciando a elaboração de materiais didáticos alternativos, disponibilizando-os os docentes como subsídios para o desenvolvimento das práticas pedagógicas, prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento e implementar atividades de articulação com a comunidade escolar e informação aos pais sobre a frequência e rendimento dos alunos.

1.7 7. Avaliação

A avaliação escolar constitui-se num processo diagnóstico, contínuo e processual a fim de possibilitar avanços no processo educativo.

Sabe-se que o ato de avaliar deve ser realizado com os alunos, abrindo-se possibilidades de se rever, refazer e redirecionar o trabalho quantas vezes forem necessárias, de forma a garantir o alcance dos objetivos em direção à finalidade que os orienta (assimilação /conhecimento/aprendizagem) uma vez que a principal finalidade da avaliação no processo escolar é ajudar a garantir a formação integral do sujeito pela mediação efetiva da construção do conhecimento, a aprendizagem por parte dos alunos.

Nesta perspectiva, a avaliação é um componente pedagógico processual que atravessa toda a experiência escolar (planejamento, desenvolvimento e verificação do ensino e da aprendizagem) e todas as dimensões da formação humana: Tendo em vista o acompanhamento, a análise e a interpretação cotidiana das ações

individuais e coletivas dos educandos, face às suas características e demandas sócio-culturais e os objetivos didáticos propostos pela unidade escolar.

A avaliação escolar, por conseguinte, deve obedecer aos seguintes critérios:

- Avaliação Diagnóstica – aplicada no início de cada ano letivo com o objetivo de traçar o perfil inicial da turma e instrumentalizar o professor para colocar em prática seu planejamento de forma adequada às características de seus alunos, para estruturar seu planejamento, definir conteúdos e o nível de profundidade que devem ser abordados;
- Auto-avaliação – o aluno desenvolve estratégias de análise e interpretação de suas produções e dos diferentes procedimentos para se avaliar, contribuir para a construção da autonomia dos alunos.
- Avaliação contínua/processual – possibilitar o acompanhamento/intervenção no processo e o final que oportuniza identificar avanços alcançados e entraves no processo ensino- aprendizagem;

Conforme deliberado pela equipe Docente e Administrativa da Escola Municipal “Argeu Brandão”, deve-se aplicar no mínimo 3 (três) avaliações por etapa, sendo (duas) parciais e 1(uma) globalizante. Pelo menos (1) uma das avaliações deve ser individual. O professor pode optar por um trabalho substituindo uma das avaliações parciais.

Cada avaliação terá o valor de 100% (cem por cento), sendo que os alunos obterão os conceitos de acordo com a tabela abaixo:

A – de 80% a 100% - Obteve ótimo desempenho

B – de 60% a 79% - Obteve bom desempenho

C – de 40% a 59% - Obteve desempenho satisfatório

D – de 0% a 39% - Não obteve desempenho satisfatório

Nesse contexto, as avaliações acima mencionadas deverão acontecer no decorrer das atividades em aulas, extraclasse, em duplas/grupos, pesquisas, relatórios/objetivos vencidos e em consonância como os Indicadores de Aprendizagem.

1.8 7.1. RECUPERAÇÃO

A recuperação é intrínseca ao processo de ensino aprendizagem, sendo proporcionados estudos paralelos na medida em que as dificuldades forem sendo evidenciadas durante as etapas.

Ao final de cada etapa e no final do ano letivo, após apurado o aproveitamento e aprendizagem de cada aluno, a recuperação existirá com a necessidade de retomada de algum conhecimento não internalizado. Deste modo, a recuperação surgirá para recuperar conhecimento e não nota ou frequência.

7.2 Avaliação Instituição

A realização de uma avaliação institucional justifica-se pela importância de avaliar a qualidade do trabalho prestado pela escola. A avaliação institucional visa avaliar os vários segmentos da escola, bem como as diversas dimensões do trabalho escolar, tais como: docentes e discentes, equipe gestora, infraestrutura, currículo, relações de trabalho e de poder, ou seja, uma avaliação global da escola.

Nesta perspectiva, torna-se necessário uma nova visão da avaliação da escola, diferente daquela classificatória e punitiva para uma avaliação formativa e transformadora.

Uma avaliação em perspectiva transformadora significa quebrar preconceitos arraigados, investindo em novos valores, na produção de novas atitudes, na construção de nova mentalidade, de nova postura em relação à prestação de serviço público, uma tomada de consciência do papel social de Educação, enfim uma nova cultura.

Essa proposta de Avaliação Institucional é um dos importantes meios do ponto de vista da gestão democrática, pois é uma das formas de garantir a participação de todos os segmentos da Instituição Escolar na busca de fortalecer os órgãos coletivos e colegiados e gestão da escola, a fim de apontar rumos a serem seguidos para direcionar e redefinir o projeto da escola.

Sousa(1995), aponta a necessidade de ressignificação da avaliação buscando resgatar o sentido constitutivo da avaliação, ou seja, torná-la como um processo que deve estar a serviço de orientação, da aprendizagem e do estímulo aos alunos para o avanço do conhecimento, cumprindo uma função eminentemente formativa.

A avaliação institucional contribui para a gestão escolar, pois propicia reflexões sobre a mudança da concepção da avaliação no exercício da gestão democrática e auxilia na consolidação da identidade da escola.

No entanto a Avaliação Institucional é um processo complexo e não há um modelo ideal e único para as escolas. Ela precisa ser construída.

Para qual a avaliação institucional realmente tenha um caráter global, participativo, abrangente e contínuo, e que a mesma atinja os objetivos aos quais se propõe, deve-se respeitar opiniões e buscar a elevação da satisfação através da análise realizada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da análise do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Argeu Brandão, vê-se a necessidade de projetos de intervenção que visem o resgate da autoestima dos educandos e educadores, que resgatem a disciplina, aumentem a participação da comunidade nas ações da escola e o nível de conhecimento dos alunos. Poderão ser

- Projetos de leitura intensivas
- Seminários de disciplina, criando regras de convivências coletivas
- Plantão pedagógico: atendimento a alunos com dificuldades.

Referências Bibliográficas

FILIPOUSKI, MARCHI. Ana Mariza Ribeiro, Diana Maria. **Teorias e Fazeres na Escola em Mudança, 2005.**

FREIRE, Paulo. Educação como Prática da Liberdade. Rio de Janeiro, 1970.

Projeto Político Pedagógico. Escola Municipal Argeu Brandão. Coronel Fabriciano, 2012.

SOUZA, Ângelo Ricardo. Gestão e avaliação da educação escolar. Paraná 2005.

SOUZA, Ângelo Ricardo. Avaliação Institucional: A avaliação da Escola como Instituição. Paraná 2005.

SOUZA, S.Z. Avaliação Institucional: elementos para discussão. São Paulo, 1999.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm acesso em 25 de fevereiro de 2015